

**FACULDADE PATOS DE MINAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DALILA ANDRÉIA MAGALHÃES FONSECA**

**LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE: a prática em uma empresa do setor  
de terraplanagem**

**PATOS DE MINAS  
2019**

**DALILA ANDRÉIA MAGALHÃES FONSECA**

**LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE: a prática em uma empresa do setor  
de terraplanagem**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Patos de  
Minas, como requisito para obtenção  
de título de Bacharel em Ciências  
Contábeis.

Profa. Ma. Cleyde Cristina Rodrigues

**PATOS DE MINAS  
2019**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu bom Deus, Senhor de minha vida, pela oportunidade de chegar até aqui, cuidando de mim e me ajudando a levantar a cada tropeço.

Ao meu querido esposo, Olivar Pereira, companheiro de todas as horas, com seus sábios conselhos de encorajamento, sempre presente, me apoiando e me dando forças para continuar nessa grande etapa da minha vida.

Agradeço também pela compreensão das minhas amadas filhas, Giovana e Amanda, que sempre foram presentes nessa caminhada.

Aos meus queridos amigos, que sempre estiveram ao meu lado me dando forças para encarar os desafios e continuar, em especial, Francielle Cristina, Letícia da Mata, Paula Matos e por último meu grande amigo Gustavo Joaquim. Estes fizeram parte desta nova trajetória, pois acrescentaram muitas alegrias aos meus dias.

A todos os meus professores, pelo empenho e dedicação, por fazerem do meu aprendizado não um trabalho, mas um contentamento, ajudando a formar a pessoa que hoje sou.

Em especial, agradeço a minha querida orientadora, Profa. Ma. Cleyde Cristina Rodrigues, talvez não existam palavras suficientes para expressar quão grande foi sua ajuda, sua amizade e seu incentivo, que recebi durante todo esse tempo, nas horas em que chorei, nas que sorri e também nas em que me lamentei.

Muito obrigada!

# **LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE: a prática em uma empresa do setor de terraplanagem**

*Dalila Andréia Magalhães Fonseca, Cleyde Cristina Rodrigues*

**RESUMO:** As demonstrações contábeis são relatórios elaborados e apresentados aos usuários em geral, com o objetivo de fornecer informações que se tornem úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte desses usuários, e aquelas podem ser obtidas por meio da análise das demonstrações contábeis, seja com relação à solvência da organização, rentabilidade, liquidez, lucratividade, entre outros. As informações contábeis podem ser analisadas sob o enfoque financeiro (liquidez, estrutura patrimonial e prazos médios) e econômico (rentabilidade e lucratividade). Sob esse contexto, esta pesquisa objetivou principalmente verificar como se apresentou a situação econômico-financeira de uma empresa prestadora de serviços no ramo de terraplanagem, por meio da análise dos índices de rentabilidade e lucratividade, no período de 2014 a 2018, e, de maneira complementar, análises horizontal e vertical dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultado do Exercício. Especificamente, foi proposto também destacar os gastos e receitas da empresa prestadora de serviços, capazes de impactar nos índices de lucratividade e rentabilidade e propor ações que possam trazer melhorias à situação econômico-financeira da empresa em estudo.

**Palavras-chave:** Demonstrações Contábeis. Índices de Lucratividade. Índices de Rentabilidade

## **ABSTRAT**

### **PROFITABILITY: The practice in a company in the earthworks sector**

The financial statements are reports elaborated and presented to users in general, in order to provide information that will become useful in making economic decisions and assessments by these users, and those can be obtained through the Analysis of the financial statements, whether in relation to the solvency of the organization, profitability, liquidity, profitability, among others. The

accounting information can be analyzed under the financial focus (liquidity, asset structure and average deadlines) and economic (profitability and profit). Under this context, this research aimed mainly at verifying how the economic and financial situation of a company providing services in the field was presented. The financial statements are reports elaborated and presented to users in general, in order to provide information that will become useful in making economic decisions and assessments by these users, and those can be obtained through the Analysis of the financial statements, whether in relation to the solvency of the organization, profitability, liquidity, among others. The accounting information can be analyzed under the financial focus (liquidity, asset structure and average deadlines) and economic (profitability and profit). Under this context, this research aimed mainly at verifying how the economic-financial situation of a company providing services in the field of Earthwork was presented, through the analysis of the indices of profitability and profitability, in the period From 2014 to 2018, and, in a complementary way, horizontal and vertical analyses of the balance sheet and income Statement of the year. Specifically, it was proposed Earthworks, through the analysis of the indices of profitability and profitability, in the period from 2014 to 2018, and, in a complementary way, horizontal and vertical analyses of the balance sheet and income Statement of the year. Specifically, it was also proposed to highlight the expenses and revenues of the company providing services capable of impacting on profitability indices and profits and proposing actions that can bring improvements to the economic-financial situation of the company under study.

**Keywords:** Financial Statements; Profitability indexes; Profitability Indices.

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, para as empresas que atuam no mercado, a informação detém um valor imensurável com relação à estratégia de negócios e tomada de decisões (ASSIS et al., 2016). Os autores ressaltam que adquirir informações precisas, no momento correto, a respeito da situação econômica e financeira vivenciada pela instituição, configura fator decisivo que pode ser capaz de ditar o futuro da organização, além de propiciar auxílio aos gestores na tomada de decisões.

As demonstrações contábeis são relatórios elaborados e apresentados aos usuários em geral, com o objetivo de fornecer informações que se tornem úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte desses indivíduos (CPC, 2011). O pronunciamento CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis - 00 R1, que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, deixa explícito que o objetivo principal da preparação e apresentação dos relatórios sob responsabilidade da Contabilidade é o fornecimento de informações contábil-financeiras, acerca da organização empresarial, que sejam úteis aos usuários em geral (CPC, 2011). Nesse sentido, fica evidenciada a importância dos relatórios contábeis para o fornecimento de informação aos interessados em determinada organização.

Martins, Miranda e Diniz (2019) ressaltam que informações úteis à tomada de decisões podem ser obtidas por meio da análise das demonstrações contábeis, seja com relação à solvência da organização, rentabilidade, liquidez, lucratividade, entre outros. As informações contábeis podem ser analisadas sob o enfoque financeiro (liquidez, estrutura patrimonial e prazos médios) e econômico (rentabilidade e lucratividade).

Nesse contexto, a problemática que norteia esta pesquisa é: Como se apresenta a situação econômico-financeira de uma empresa prestadora de serviços por meio da análise dos índices de rentabilidade e lucratividade?

Com base nessa premissa, este estudo objetivou verificar como se apresentou a situação econômico-financeira de uma empresa prestadora de serviços no ramo de terraplanagem, por meio da análise dos índices de rentabilidade e lucratividade, no período de 2014 a 2018, e, de maneira complementar, análises horizontal e vertical dos Balanços Patrimoniais e

Demonstrações de Resultado do Exercício. Especificamente, foi proposto também destacar os gastos e receitas da empresa prestadora de serviços capazes de impactar nos índices de lucratividade e rentabilidade e propor ações que possam trazer melhorias à situação econômico-financeira da empresa em estudo.

Frente ao exposto, para uma empresa obter sucesso em relação aos concorrentes, é necessário gerir eficientemente suas finanças, além disso, é cogente possuir informações precisas, que lhe permite avaliar seus produtos e também controlar os elementos formadores de custos, a falta de um controle aprimorado compromete a qualidade das possíveis decisões tomadas no cotidiano da organização (MARTINS, 2010). As entidades procuram investir, não apenas para obter lucro, mas sobretudo, para alcançar um retorno satisfatório para o investimento, o qual pode sofrer alterações em consequência de diversos aspectos do mercado de atuação da empresa (SOUZA, 2003).

Todo investimento configura um risco assumido pela empresa, é algo duvidoso, visto que são metas a serem seguidas e variáveis a serem consideradas. Como a empresa possui recursos, é necessário sempre verificar a viabilidade financeira de seus investimentos, haja vista que, poderá prejudicar a saúde financeira da empresa caso não o execute. Para se verificar a viabilidade de investimentos é preciso utilizar-se de técnicas matemáticas para a análise dos projetos, estimando a sua lucratividade, rentabilidade e tempo de retorno por meio dos índices (MATARAZZO, 2010). Nesse sentido, pode-se observar que os índices são cruciais para uma análise completa da situação econômico-financeiro da empresa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE**

As demonstrações contábeis configuram ferramentas de suma importância para todos os usuários, suas análises permitem que dados sejam transformados em informações úteis, bem como possibilitam a detecção de

problemas e busca por soluções, resultando na obtenção de um eficiente gerenciamento para tomada de decisões.

Para Iudícibus (2000), o principal objetivo da ciência contábil e dos relatórios preparados por ela, é o fornecimento de informações econômico-financeiras relevantes para que quaisquer interessados possam tomar suas decisões e proceder seus julgamentos de maneira segura. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC reafirma que o principal objetivo da preparação e divulgação dos relatórios organizados pelos contabilistas é o de fornecer informações úteis aos usuários interessados em determinada organização (CPC, 2011).

Segundo Marion (2012), todas as demonstrações contábeis são passíveis de análise: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (ou Mutações do Patrimônio Líquido), Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Para o autor, tem sido dada uma maior ênfase às duas primeiras demonstrações, considerando-se que por meio delas são evidenciadas, objetivamente, a situação financeira – identificada no Balanço Patrimonial – e a situação econômica – identificada no Balanço Patrimonial em conjunto com a Demonstração do Resultado do Exercício.

Com relação ao estudo da rentabilidade de uma organização, o foco da análise deve estar direcionado ao seu potencial de vendas, à sua habilidade na geração de resultados, à evolução das despesas, dentre outros (MARION, 2012). A expressão da rentabilidade, em termos absolutos, pode apresentar uma utilidade informativa bastante reduzida. Nesse sentido, o objetivo seria calcular uma taxa de lucro, ou seja, realizar um comparativo entre o lucro, em valores absolutos, com os valores que carregam alguma relação com aqueles (MARION, 2012).

Basicamente, nesse contexto, entende-se que os índices de rentabilidade apresentam o quanto a empresa lucrou ao investir. Para Reis (2009, p. 153), “os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros) ”.

Por meio dos índices de rentabilidade, pode-se avaliar o desempenho de uma empresa através da análise das suas taxas de retorno. Esse estudo é uma forma de conhecer o retorno sobre o investimento total, sobre as vendas e o



capital próprio, ou seja, a avaliação não apenas da produtividade, mas também da lucratividade do negócio (INFOMONEY, 2015). Martins, Miranda e Diniz (2019) ressaltam que, por meio dos índices de rentabilidade, torna-se mais fácil visualizar o desempenho econômico da organização, independentemente de seu porte, e recomendam que a avaliação do desempenho da entidade seja realizada dentro do respectivo setor econômico, ou seja, que empresas com o mesmo objetivo produtivo sejam comparadas.

Os dados para as análises são obtidos nos Balanços Patrimoniais e nas Demonstrações de Resultados das empresas. Em algumas situações, as notas explicativas também podem ser importantes, quando a empresa não divulga, de maneira segregada, as despesas das receitas financeiras. Os índices de rentabilidade mais utilizados na atualidade são: a Taxa de Retorno sobre Investimentos (TRI ou ROI) e a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL ou ROE) (MARION, 2012).

Marion (2012) especifica o significado dos referidos termos: ROI (*Return On Investment*) (Retorno sobre Investimento = TRI) e ROE (*Return On Equity*) (Retorno sobre o Capital Investido pelos proprietários = Retorno sobre Patrimônio Líquido = TRPL).

De acordo com Matarazzo (2010), com a análise do índice de Retorno Operacional dos Ativos (ROI) é possível medir a capacidade da empresa em gerar retorno com sua atividade fim, por se tratar de uma relação entre o lucro operacional e o ativo total. Com o índice de retorno sobre investimentos (TRI ou ROI), é possível relacionar o lucro operacional com os investimentos da empresa e informar aos financiadores a taxa de retorno obtida pela empresa, tanto para capital próprio quanto para o capital de terceiros.

O índice do retorno sobre o investimento ou rentabilidade do ativo (ROI) demonstra o quanto a entidade obteve de resultados em relação aos investimentos efetuados, pois para que empresa possa entrar em funcionamento necessita de: instalações, ferramentas, máquinas, estoques, etc. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019). Os autores asseveram que a rentabilidade do negócio depende fortemente do capital investido na atividade.

Segundo Assaf Neto (2015), o ROI pode ser utilizado como alternativa ao ROA para avaliação do retorno dos recursos aplicados pelos credores e acionistas na empresa.

A rentabilidade é medida em função dos investimentos. As fontes de financiamento do Ativo são: Capital Próprio e Capital de Terceiros. A administração adequada do Ativo proporciona maior retorno da empresa (MARION, 2012).

O interesse dos investidores nesse indicador deve-se ao fato dele utilizar uma combinação de fatores de lucratividade, ou seja, receitas, custos e investimentos, sendo possível a comparação dessa taxa com as de retornos de outros investimentos, tanto da própria empresa como de outras.

Segundo Kassai et al. (2000, p. 174), “a expressão mais simples de retorno de investimento é a taxa apurada a partir dos dados contábeis”. O ROI pode ser apurado da seguinte forma: divide-se o lucro operacional (antes do imposto de renda) pelo investimento médio (ativo total – passivo de funcionamento). O passivo de funcionamento engloba aqueles recursos que não são efetivamente investidos na empresa como salários, encargos sociais, fornecedores, dividendos, impostos, dentre outros.

O índice de retorno sobre investimento é de fácil interpretação e é considerado por muitos analistas como a melhor medida de eficiência operacional, pois faz uma relação entre o lucro operacional e o valor do investimento médio, com o objetivo de expressar o quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento. Quanto maior o ROI maior o retorno obtido (ASSAF NETO, 2010).

Alguns autores tratam o Retorno sobre Investimentos como mesmo índice que o Retorno sobre o Ativo. Mas, para Assaf Neto (2015), calcular o ROA significa encontrar uma taxa de retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos. O índice encontrado indica o retorno gerado, para cada R\$ 1,00 que a empresa investiu.

O retorno sobre o Patrimônio Líquido indica o ganho percentual auferido pelos sócios/proprietários como consequência das margens de lucro, da eficiência operacional e do planejamento competente da organização, ou seja, traz o retorno líquido do acionista a cada \$1 investido (ASSAF NETO, 2015).

O índice retorno sobre o Patrimônio Líquido apresenta os resultados alcançados pela administração na gestão dos recursos próprios e de terceiros, em benefício dos proprietários (IUDÍCIBUS, 2009 apud MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019). Para Martins, Diniz e Miranda (2018, p. 207), o retorno sobre o

patrimônio líquido é o mais importante dos indicadores “porque demonstra a capacidade da empresa remunerar o capital que foi investido pelos sócios”.

O objetivo de calcular esse índice é verificar qual foi a taxa de rendimento do patrimônio líquido da empresa. O índice indica o quanto a empresa gerou de lucro para cada R\$ 1,00 de recursos próprios investidos, ou seja, é uma forma de medir a capacidade da empresa em agregar valor a si mesma com a utilização de seu próprio capital. Quanto maior o resultado desse índice, melhor, pois maior será a relação entre lucro e o capital próprio investido (MATARAZZO, 2010).

Assaf Neto (2015) sugere que o Retorno sobre o Ativo seja calculado pela razão entre o Lucro Operacional e o Ativo Total (excluindo-se o Lucro Líquido do Período).

A respeito da análise econômico-financeira e dos indicadores econômico-financeiros, conclui-se que os índices-padrão são os moldes que se destinam a ponderar uma comparação, por esta razão, tomam-se a base de toda a pesquisa científica aqui exposta. Para Matarazzo (2010) a análise das demonstrações contábeis, por meio dos índices, somente apresenta-se de maneira consistente e objetiva quando os índices são comparados com padrões, levando, em caso contrário, a conclusões mais opinativas.

A lucratividade ou margem como também é chamada, mostra o ganho em percentual obtido sobre os serviços prestados, ou seja, apresenta a cada atividade desenvolvida se está ou não sendo satisfatória, ela demonstra se os serviços prestados estão sendo o suficiente para pagar os custos e despesas, e ainda gerar o lucro (PADOVEZE; BENEDICTO, 2010).

Lucratividade segundo SEBRAE (2019) “é um indicador de eficiência operacional obtido sob a forma de valor percentual e que indica qual é o ganho que a empresa consegue gerar sobre o trabalho que desenvolve”

Segundo Padoveze e Benedicto (2010), são três as principais formas de cálculo da lucratividade em relação às vendas que são representados pela: Margem Líquida, Margem Bruta e Margem Operacional.

Para Silva (2008), a margem líquida indica quanto da empresa gera de lucro comparando sua receita de vendas, representando o que sobra da atividade da empresa no final do período. Para Perez Júnior e Begalli (2009), esse índice é muito utilizado pelos sócios das empresas na atualidade.

Assaf Neto (2015) complementa que a margem líquida é formada pelos vários resultados da gestão dos ativos e passivos dos bancos (taxas, prazos, receitas e despesas), permitindo com que a função básica de intermediação financeira de um banco seja avaliada.

De acordo com Assaf Neto (2015, p. 242), “a margem operacional demonstra o desempenho da empresa medido em função de valores efetivamente utilizados em suas operações normais”. Quanto das receitas dos serviços foram destinadas a cobrir despesas operacionais e quanto transformaram-se em lucro (ASSAF NETO, 2015).

Semelhante à margem bruta, a margem operacional indica o percentual de lucratividade sobre as vendas líquidas após a apropriação das despesas operacionais (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2015).

Perez Junior e Begalli (2015, p. 327) articulam que “a margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das vendas”. Os indicadores adequados dependem do ramo de atividades, pois trabalham com produtos de alto valor agregado e também com maiores margens brutas que outras empresas que operam com produtos de baixo valor agregado, ou seja, indica o percentual que o lucro bruto representa das vendas líquidas de impostos (de venda) e devoluções (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2015).

Este índice representa quanto restou do valor dos serviços prestados após a dedução do custo. Quanto maior a margem bruta melhor, isso indica um baixo custo dos serviços e sinal que a empresa está conseguindo usar suas despesas para produzir e distribuir seus produtos (BLATT, 2001).

Em complemento aos indicadores de rentabilidade e lucratividade, Martins, Miranda e Diniz (2019) ressaltam a importância das análises horizontal e vertical dos demonstrativos, sendo possível avaliar cada conta ou grupo de contas das demonstrações contábeis de forma rápida e simples, realizando a comparação das contas entre si e entre períodos diversos, com o auxílio do cálculo de regra de três simples (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019).

A análise horizontal das demonstrações contábeis configura um processo de análise temporal, o qual permite a verificação da evolução das contas individuais e dos grupos de contas, por meio de números-índices, estabelecendo-se uma data-base (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019). Os autores esclarecem que os índices da análise vertical são calculados de forma

semelhante à análise horizontal, via regra de três, a principal diferença é que na análise horizontal o foco é na variação temporal ocorrida em uma mesma conta ou grupo de contas e na análise vertical busca-se identificar a variação de uma conta em relação a outra (base) de um mesmo período. Percebe-se que a análise vertical é realizada por meio da extração de relacionamentos percentuais entre itens que pertencem a uma demonstração contábil, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, de um mesmo período, com o objetivo de apresentar a representatividade de cada item ou subgrupo de uma dada demonstração financeira, relativo a um total ou subtotal tomado como base ((MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019).

Nesse contexto, entende-se que os indicadores de rentabilidade e lucratividade, e as análises horizontal e vertical das demonstrações contábeis são capazes de auxiliar gestores, sócios, investidores e outros interessados, por meio do fornecimento de informações, sobre a situação econômico-financeira vivenciada pela organização em dado período, além de possibilitar a comparação dos dados obtidos e o acompanhamento da evolução do negócio ao longo do tempo.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse artigo pode ser classificado em quatro aspectos: quanto à abordagem do problema, quanto aos seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos utilizados e quanto à natureza.

Para a abordagem do problema, realizou-se uma pesquisa quantitativa, que segundo Richardson (1999), é caracterizada pela avaliação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Quanto aos objetivos, optou-se por pesquisa descritiva, que conforme Raupp e Beuren (2013), visa descobrir a existência de associações entre variáveis.

Em relação aos procedimentos técnicos de coleta de dados a pesquisa é documental de fontes primárias, que, segundo Gil (2002), vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico, por se tratar das demonstrações contábeis.

Quanto à natureza, foi realizada uma pesquisa aplicada ao comportamento de rentabilidade da empresa analisada. Por fim, classifica-se também como um estudo de caso, cujo delineamento é mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto real (GIL, 2002).

A instituição alvo desta pesquisa é uma empresa prestadora de serviços, instalada no interior do estado de Minas Gerais, selecionada pelo critério de acessibilidade, mantido o seu anonimato por questões de sigilo. A corporação selecionada dedica-se a obras de terraplanagem e aluguel de máquinas. O capital da empresa é 100% nacional, pertencente a um único sócio empresário. A organização adota o regime tributário Simples Nacional, com funcionamento desde o ano de 2012.

Os dados utilizados foram os saldos contábeis, coletados nos Balanços Patrimoniais, nas Demonstrações do Resultado do Exercício e balancetes analíticos de Investimentos e Imobilizado do período de 2014 a 2018. Eles foram organizados cronologicamente e tabulados com o uso de planilha. A coleta ocorreu junto ao departamento contábil da organização, durante os meses iniciais de 2019 pela própria autora.

Depois do recolhimento dos saldos contábeis, foram calculados os seguintes índices de rentabilidade e lucratividade, conforme o Quadro 01:

**QUADRO 01.** Relação de indicadores e fórmulas de cálculos adotados.

<b>Índice de rentabilidade/lucratividade</b>	<b>Fórmula</b>
Taxa de Retorno sobre Investimentos (TRI/ROI)	$TRI/ROI = \frac{LucroLíquido}{AtivoTotal}$
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$TRPL/ROE = \frac{LucroLíquido}{PatrimônioLíquido}$
Retorno sobre o Ativo Total (ROA)	$ROA = \frac{LucroOperacional}{AtivoTotal}$
Margem Líquida	$Margem\ Líquida = \frac{LucroLíquido}{VendasLíquidas}$

FONTE: MARION (2012); ASSAF NETO (2015); ASSAF NETO; LIMA (2017).

Calculados os índices listados no Quadro 01, foi realizada uma análise da situação econômico-financeira da instituição, por meio de gráficos de dispersão, durante o período de 2014 a 2018, com o auxílio do *Microsoft Excel*. Em complemento à referida análise, foram realizadas as análises horizontais e

verticais dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultado do Exercício, conforme preceitua Martins, Miranda e Diniz (2019).

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise refere-se a um estudo de caso de uma empresa que tem como objeto social a prestação de serviços de terraplanagem e o aluguel de maquinário. O termo terraplanagem é definido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como um conjunto de operações que envolvem escavação, carga, transporte, descarga, compactação e acabamento de áreas urbanas e rurais, de modo que o terreno passe de seu estado natural para uma conformação topográfica diversa (SEBRAE, 2010).

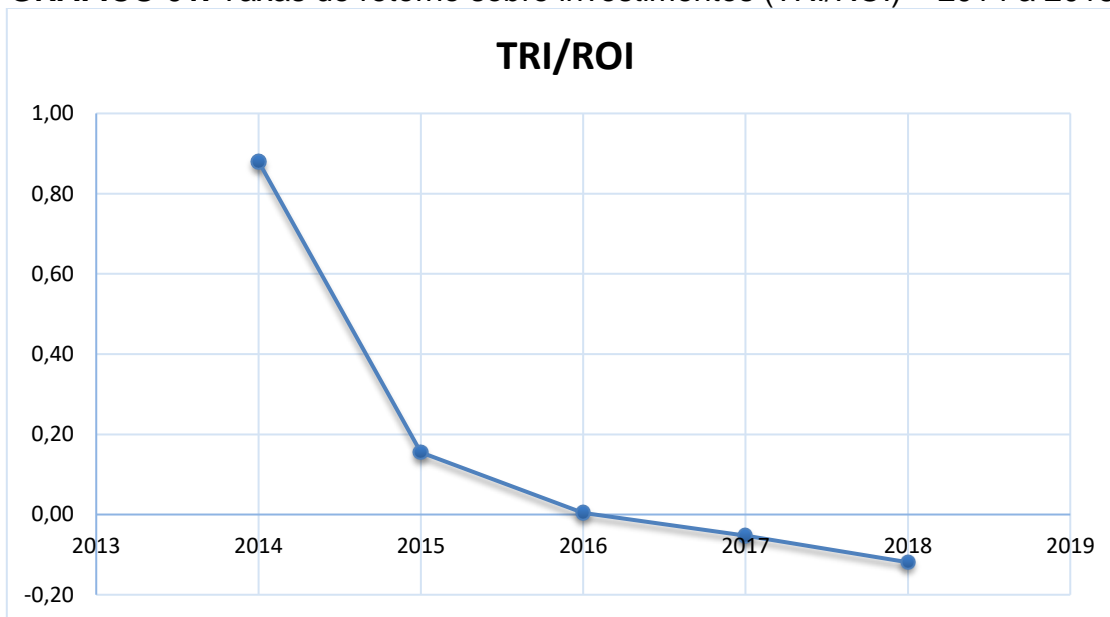
Trata-se de uma pequena empresa, atuando no mercado desde 2012. Assis et al. (2016) ressaltam que o mercado brasileiro se encontra cada vez mais saturado e competitivo, exigindo dos sócios e proprietários a mensuração do quanto eficiente tem sido os investimentos em relação às demais organizações no mercado. Nesse sentido, os sócios e investidores se esforçam para que o capital investido seja remunerado adequadamente e, nesse contexto, os indicadores de rentabilidade e lucratividade auxiliam gestores e investidores, por meio do fornecimento de informações sobre a situação financeira vivenciada pela organização, em determinado período, além de possibilitar que os dados obtidos sejam comparados com outras empresas e seja verificada a sua evolução no decorrer do tempo (ASSIS et al., 2016).

Assaf Neto (2015) reforça que somente pelo entendimento da estrutura contábil das demonstrações financeiras será possível desenvolver avaliações mais acuradas das organizações. Para ele, todo o processo de análise financeira requer conhecimentos mais solidificados da forma como houve a contabilização e apuração dos demonstrativos contábeis, sem os quais limitam-se as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa. Nesse sentido, faz-se necessário um conhecimento mais aprofundado das demonstrações contábeis das instituições, principalmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Foram utilizados como base os demonstrativos contábeis da referida organização, do período de 2014 a 2018. Os primeiros indicadores calculados

foram a Taxa de Retorno sobre Investimentos (TRI/ROI), conforme apresentados no Gráfico 01:

**GRÁFICO 01.** Taxas de retorno sobre investimentos (TRI/ROI) – 2014 a 2018.



FONTE: Autoria própria.

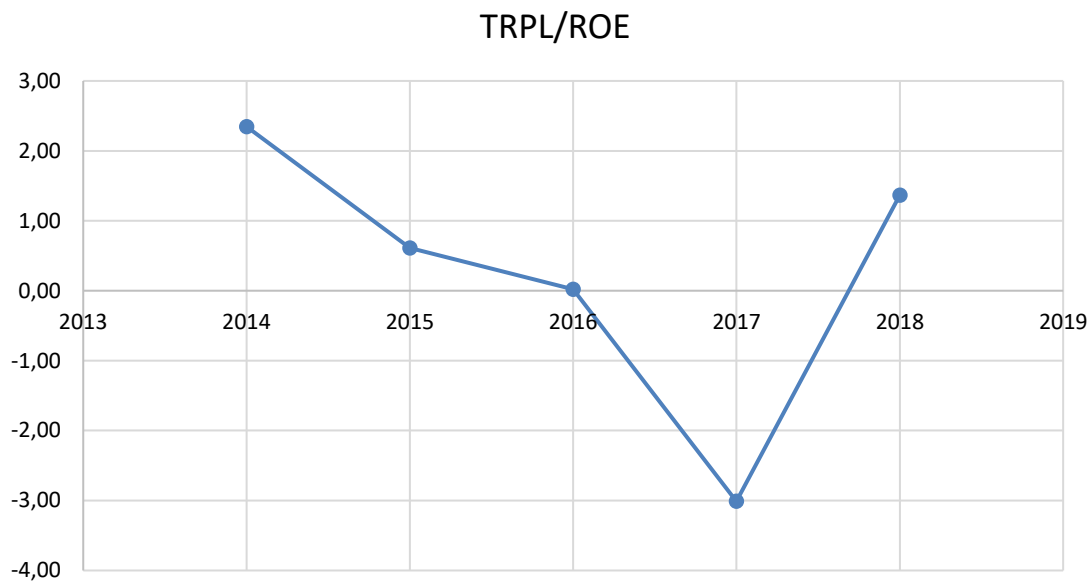
Com relação à taxa de retorno sobre os investimentos (TRI/ROI), que evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos realizados na instituição (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019), percebe-se que no ano de 2014 ficou entre 0,80 e 1,0, exibindo comportamento decrescente até 2018, passando a se apresentar negativamente nos anos de 2017 e 2018 (períodos marcados por prejuízos).

Nesse contexto, conforme orienta Marion (2018), em 2014, para cada R\$1,00 investido, houve um ganho de R\$0,84 e, em 2015, para cada R\$1,00 investido na empresa, houve um ganho de apenas R\$0,18. No ano de 2016, a lucratividade foi irrelevante e nos anos posteriores, a organização foi assolada por prejuízos.

O Gráfico 02 ilustra o comportamento das taxas de retorno sobre o patrimônio líquido (TRPL/ROE):



**GRÁFICO 02.** Taxas de retorno sobre o patrimônio líquido (TRPL/ROE) – 2014 a 2018.



FONTE: Autoria própria.

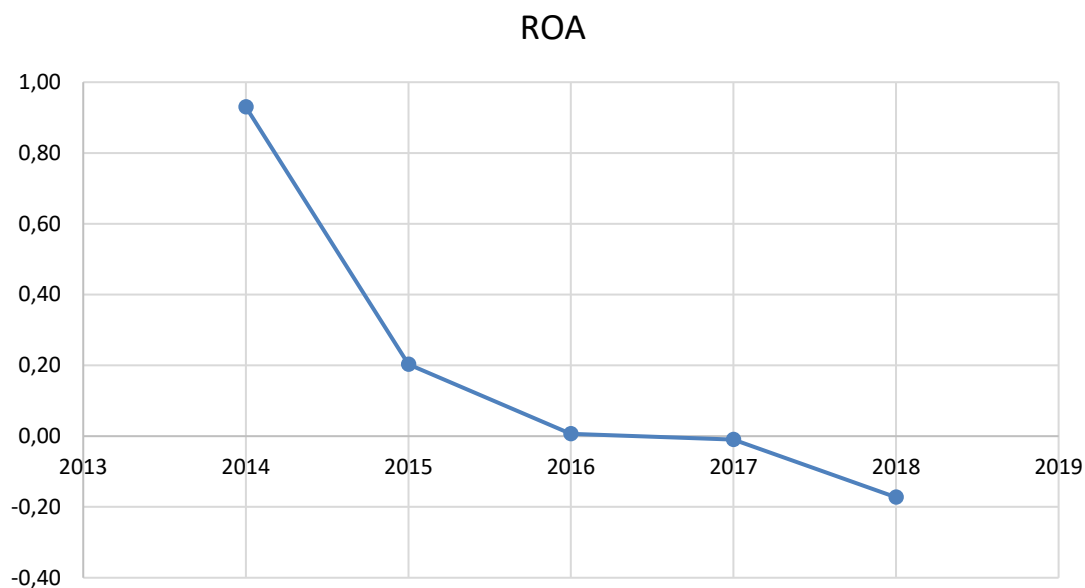
No Gráfico 02, devido aos prejuízos apresentados nos anos de 2017 e 2018, será analisado apenas o período de 2014 a 2016. O ano de 2014 apresentou uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido muito alta, pois, conforme Marion (2018), como esse índice tem relação direta com o *payback* dos proprietários, significa que no ano de 2014 (apesar de não se saber o comportamento dos demonstrativos nos anos anteriores – 2012 e 2013), o sócio proprietário já recuperaria o seu investimento em capital, e ainda de forma duplicada. Contudo, ressalta-se que a empresa em análise apresenta uma injeção de capital social muito baixa, se comparado aos investimentos em bens e direitos do período. Em 2015, a TRPL é de aproximadamente 0,60. O ano de 2018 deve ser ignorado, pois a TRPL de 1,4 não é real, uma vez que nesse ano a empresa em estudo apresentou Patrimônio Líquido Negativo.

Nesse caso, pelo fato do capital social ser muito inferior ao desejado, infere-se que esse indicador (TRPL/ROE) fica prejudicado, não demonstrando a realidade da organização. O capital social, ou capital próprio, é o investimento feito pelo sócio na organização, bem como os valores obtidos na movimentação dos negócios (lucros) que, por decisão dos proprietários podem ser incorporados ao capital (GELBCKE et al., 2018). Ressalta-se que quando a empresa

apresenta um reduzido capital próprio, a tendência é que se busque o financiamento de seus bens e direitos por meio de financiamento de terceiros.

O Gráfico 03 mostra os resultados obtidos por meio do cálculo das taxas de retorno sobre o ativo total:

**GRÁFICO 03.** Taxas de retorno sobre o ativo total (ROA) – 2014 a 2018.

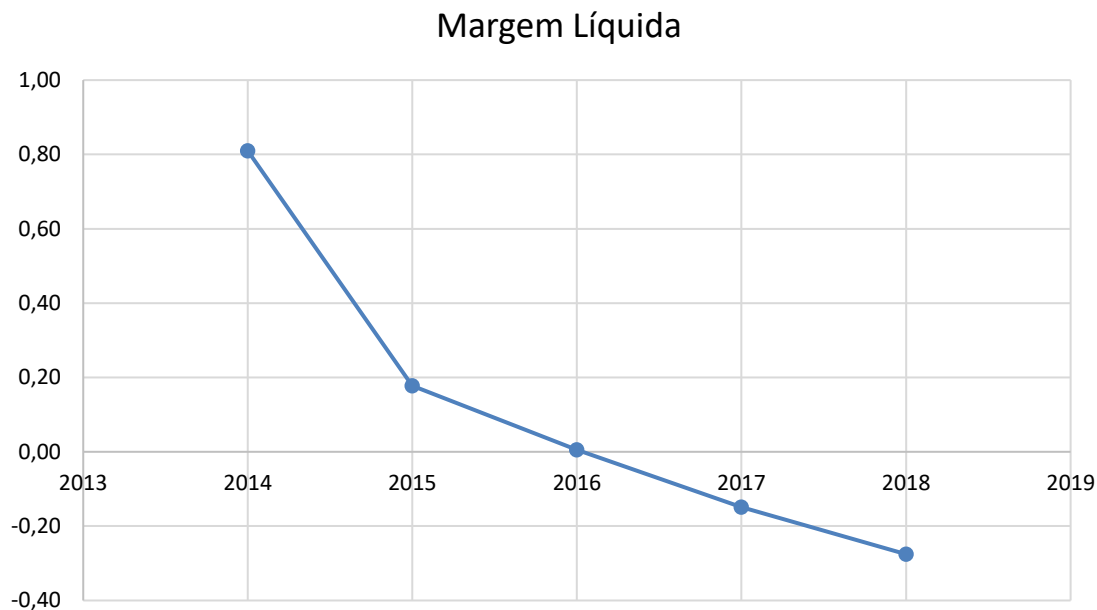


FONTE: Autoria própria.

No Gráfico 03 verifica-se um comportamento bem semelhante ao do Gráfico 01, referente às taxas de retorno sobre investimentos. Esse fato ocorre quando o lucro líquido se comporta semelhante ao lucro operacional, ou seja, quando não há receitas e despesas financeiras impactantes.

Nesse caso, o retorno sobre o ativo foi positivo nos anos de 2014 e 2015, praticamente nulos no período de 2016 e 2017 e negativo em 2018, devido ao prejuízo auferido. Assim, em 2014 e 2015 houve um retorno positivo do capital próprio da empresa investido nos ativos, conforme preceitua Assaf Neto (2015).

Em complementação aos indicadores de rentabilidade calculados anteriormente, o Gráfico 04 ilustra o comportamento das margens líquidas calculadas em cada ano, conforme se segue:

**GRÁFICO 04.** Margem líquida – 2014 a 2018.

FONTE: Autoria própria.

É possível verificar que as margens líquidas da empresa, indicador de lucratividade, apresentam trajetória semelhante aos gráficos anteriores. Mostrando resultado positivo os anos iniciais (2014-2015), nulo em 2016 e resultados negativos nos anos posteriores (2017-2018), períodos marcados por prejuízos operacionais.

Segundo Silva (2008), a margem líquida mostra o quanto a empresa gera de lucro, comparando sua receita de vendas, representando, assim, o que sobra da atividade da corporação no final do período. Nesse contexto, a margem líquida compra o lucro líquido com a receita líquida de vendas (receita bruta excluídas as deduções).

Diante da trajetória tão diversificada da organização em estudo, decidiu-se por realizar as análises horizontal e vertical dos demonstrativos contábeis disponíveis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício), em busca de explicações dos resultados auferidos principalmente nos dois últimos anos de análise.

A Tabela 01 mostra a análise horizontal dos Balanços Patrimoniais da organização, no período de 2014 a 2018.

**TABELA 01.** Análise horizontal dos Balanços Patrimoniais – 2014 a 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONTAS CONTÁBEIS	PERÍODO				
	2014	2015	2016	2017	2018
ATIVO	100%	153%	219%	568%	310%
ATIVO CIRCULANTE	100%	11%	56%	481%	78%
Caixa	100%	7%	37%	4%	13%
Bancos	100%	13%	48%	54%	10%
Clientes	0%	0%	100%	950%	275%
Adiantamento Diversos	100%	0%	0%	0%	0%
Aplicações Financeiras	0%	0%	0%	100%	11%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	100%	232%	309%	617%	71%
Imobilizado	100%	232%	309%	617%	71%
Máquinas e Equipamentos	100%	112%	232%	579%	81%
(-) Depreciação	100%	361%	774%	1341%	154%
Computadores e Periféricos	0%	100%	100%	100%	100%
(-) Depreciação	0%	100%	233%	367%	500%
Veículos	0%	100%	100%	100%	100%
(-) Depreciação	0%	100%	250%	400%	550%
PASSIVO	100%	153%	219%	568%	310%
PASSIVO CIRCULANTE	100%	183%	124%	583%	50%
Empréstimos e Financiamentos	100%	174%	101%	277%	33%
Fornecedores	0%	100%	107%	4755%	150%
Obrigações Trabalhistas	100%	225%	302%	151%	201%
Provisões	100%	1275%	2253%	203%	364%
Obrigações Tributárias	100%	23%	39%	141%	40%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0%	0%	100%	191%	301%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100%	103%	106%	26%	-72%
Capital Social	100%	100%	100%	100%	100%
Resultados Acumulados	100%	104%	106%	18%	-91%

FONTE: Autoria própria.

Considerando a Tabela 01, que trata das análises horizontais dos balanços patrimoniais da organização, tendo como base o ano de 2014, percebe-se que algumas contas apresentaram um crescimento percentual alto. Com relação ao Ativo Circulante, que no ano de 2017 foi responsável pelos maiores percentuais, apresentando uma queda em 2018. Esse aumento foi causado principalmente pelas contas Clientes (vendas a prazo) e Aplicações Financeiras. A conta do Ativo Não Circulante foi elevada pela aquisição de Máquinas e Equipamentos, com auge acentuado em 2017, retrocedendo um pouco em 2018. As obrigações exigíveis, Passivo Circulante, também foram marcadas por fortes aumentos, principalmente com relação às contas de Empréstimos e

Financiamentos de Curto Prazo e Fornecedores. O Passivo Não Circulante também teve um comportamento de ascensão, devido a contratação de empréstimos a longo prazo. Capital Social se manteve, enquanto os resultados variaram de lucros nos primeiros anos a prejuízos nos anos posteriores.

Percebe-se que a organização em estudo acabou realizando várias aplicações, principalmente com relação à aquisição de maquinário, necessária ao tipo de serviço oferecido, e financiamento das contratações a prazo de seus clientes. No entanto, como a instituição não realizou nenhum aporte de capital, foi obrigada a contrair empréstimos bancários de curto e longos prazos, e ainda, realizar aquisições a prazo frente a seus fornecedores, criando uma situação complicada para a gestão da empresa.

Marion (2018) ressalta que, no mercado financeiro, é normal às empresas buscarem empréstimos a longo prazo para a aquisição de bens permanentes. Nesse sentido, o autor alerta que a empresa deve concentrar mais suas dívidas a longo prazo que a curto prazo, embora não seja uma tarefa tão fácil, e os encargos financeiros não devem ser ignorados.

Esse movimento de endividamento pode ser melhor visualizado na análise vertical dos balanços patrimoniais, conforme Tabela 02:

**TABELA 02.** Análise vertical dos Balanços Patrimoniais – 2014 a 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS	PERÍODO				
	CONTAS CONTÁBEIS	2014	2015	2016	2017
ATIVO	100%	100%	100%	100%	100%
ATIVO CIRCULANTE	36%	3%	9%	30%	9%
Caixa	8%	0%	1%	0%	0%
Bancos	27%	2%	6%	3%	1%
Clientes	0%	0%	2%	7%	4%
Adiantamento Diversos	1%	0%	0%	0%	0%
Aplicações Financeiras	0%	0%	0%	20%	4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	64%	97%	91%	70%	91%
Imobilizado	64%	97%	91%	70%	91%
Máquinas e Equipamentos	67%	49%	71%	68%	101%
(-) Depreciação	-3%	-7%	-10%	-7%	-19%
Computadores e Periféricos	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Depreciação	0%	0%	0%	0%	0%
Veículos	0%	63%	44%	17%	31%
(-) Depreciação	0%	-8%	-15%	-9%	-23%
PASSIVO	100%	100%	100%	100%	100%
PASSIVO CIRCULANTE	63%	75%	35%	64%	10%
Empréstimos e Financiamentos	58%	66%	27%	28%	6%
Fornecedores	0%	3%	2%	33%	2%
Obrigações Trabalhistas	2%	3%	3%	1%	1%

(Continuação TABELA 02)

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONTAS CONTÁBEIS	PERÍODO				
	2014	2015	2016	2017	2018
Provisões	0%	3%	3%	1%	0%
Obrigações Tributárias	2%	0%	0%	0%	0%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>46%</b>	<b>34%</b>	<b>99%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>37%</b>	<b>25%</b>	<b>18%</b>	<b>2%</b>	<b>-9%</b>
Capital Social	4%	2%	2%	1%	1%
Resultados Acumulados	34%	23%	16%	1%	-10%

FONTE: Autoria própria.

Por meio da Tabela 02 é possível verificar no Ativo que houve uma queda de participação das contas do Ativo Circulante e um aumento brusco de participação das contas do Ativo Não Circulante (Imobilizado), chegando a 91% do Ativo no ano de 2018. Esse poderia ser um fator negativo à organização, pois o Ativo Circulante, devido a sua liquidez, pode ser considerado o Capital de Giro da empresa (MARION, 2018), ou seja, em um caso de emergência, o Ativo Circulante contempla os itens que podem ser transformados em dinheiro mais rapidamente. Verifica-se também que em 2014 a empresa contava com uma certa quantia em Bancos, mas que ao final de 2018, esse valor havia se exaurido quase totalmente.

Com relação ao Passivo Circulante, apesar das dívidas estarem se concentrando mais a longo prazo, o que de certa forma deixa a empresa mais tranquila com relação às obrigações, o ano de 2018 mostra uma situação extrema na empresa: as dívidas chegam a mais de 90% do seu patrimônio e tem-se o que se conhece por passivo a descoberto, ou seja, o Patrimônio Líquido apresenta-se negativo.

O termo passivo a descoberto foi utilizado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, na publicação das resoluções n. 847/1999 e 1049/2005, que buscavam padronizar os conceitos, conteúdos, estrutura e nomenclaturas utilizadas nas demonstrações contábeis (ALBUQUERQUE, 2014). De acordo com Albuquerque (2014), a resolução 1049/2005 recomendava que quando o total do passivo for maior que o total do ativo, que essa diferença seja denominada de passivo a descoberto. Todavia, com o processo de convergência em 2008, a resolução 1283/2010, do CFC, revogou a resolução anterior, não exigindo mais a obrigatoriedade de tal nomenclatura.

Entende-se, portanto, que o Patrimônio Líquido da empresa foi perdendo representatividade, dado que passou de 37% em 2014 para -9% em 2018. Nesse contexto, as análises das Demonstrações de Resultado do Exercício podem auxiliar no esclarecimento de alguns fatores que levaram a empresa à situação apresentada em 2018.

A Tabela 03 resume a análise horizontal das demonstrações de resultado, conforme se segue:

**TABELA 03.** Análise horizontal das Demonstrações de Resultado do Exercício – 2014 a 2018.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONTAS CONTÁBEIS	PERÍODO				
	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITA BRUTA DE VENDAS	100%	125%	151%	186%	125%
(-) Simples sobre Serviços	100%	159%	191%	229%	143%
Receita Líquida de Vendas	100%	122%	148%	184%	123%
(-) CSP	0%	0%	100%	129%	117%
Lucro Bruto	100%	122%	16%	13%	-31%
(-) Despesas Operacionais	100%	652%	101%	124%	124%
(-) Despesas Administrativas	100%	652%	101%	124%	124%
Lucro Operacional	100%	33%	2%	-6%	-58%
Receita Financeira	0%	100%	0%	2884%	4465%
(-) Despesas Financeiras	100%	155%	12%	278%	0%
(-) Despesas tributárias	100%	108%	22%	22%	40%
Receita não operacional	0%	0%	0%	100%	71%
(-) Despesas não operacionais	0%	0%	0%	100%	53%
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>100%</b>	<b>27%</b>	<b>1%</b>	<b>-34%</b>	<b>-42%</b>

FONTE: Autoria própria.

Verifica-se, inicialmente, que houve uma evolução positiva das receitas resultantes da atividade da empresa, configurando o ano de 2017 com a maior receita bruta auferida. Destaca-se que talvez por uma falha nos lançamentos contábeis, não houve reconhecimento do custo do serviço prestado – CSP nos anos de 2014 e 2015.

O lucro bruto da empresa (receitas – impostos – custos) reduziu drasticamente desde o ano de 2015. As despesas administrativas tiveram um aumento estrondoso em 2015, mas caíram nos anos seguintes. Apesar das receitas financeiras apresentarem um aumento, não foi possível desvendar quais eram essas e de onde proviam, talvez de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras (juros pagos a fornecedores e sobre financiamentos) e tributárias também avançaram no decorrer dos anos.

A contabilidade da empresa destaca como impostos incidentes sobre a receita bruta, as obrigações com relação ao Simples Nacional. Como despesas tributárias são consideradas taxas para emissão de alvarás, taxas de incêndio, taxas junto à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG e taxas de expediente cobradas pelo município.

O resultado líquido (lucro do exercício) apresentou declínio no decorrer dos anos, saindo de uma situação positiva e chegando a resultados negativos nos anos de 2017 e 2018.

Por fim, realizou-se a análise vertical das demonstrações de resultado, a qual mostra claramente o comportamento de cada conta com relação à receita creditada pela organização, conforme Tabela 04:

**TABELA 04.** Análise vertical das Demonstrações de Resultado do Exercício – 2014 a 2018.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONTAS CONTÁBEIS	PERÍODO				
	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITA BRUTA DE VENDAS	100%	100%	100%	100%	100%
(-) Simples sobre Serviços	-6%	-8%	-8%	-7%	-7%
Receita Líquida de Vendas	94%	92%	92%	93%	93%
(-) CSP	0%	0%	-82%	-86%	-117%
Lucro Bruto	94%	92%	10%	6%	-24%
(-) Despesas Operacionais	-14%	-71%	-9%	-9%	-13%
(-) Despesas Administrativas	-14%	-71%	-9%	-9%	-13%
Lucro Operacional	80%	22%	1%	-3%	-37%
Receita Financeira	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Despesas Financeiras	-4%	-4%	0%	-8%	0%
(-) Despesas tributárias	-1%	-1%	0%	0%	0%
Receita não operacional	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Despesas não operacionais	0%	0%	0%	0%	0%
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>76%</b>	<b>16%</b>	<b>0%</b>	<b>-14%</b>	<b>-26%</b>

FONTE: Autoria própria.

Com relação à análise vertical realizada, a primeira conta que chama a atenção é o Custo dos Serviços Prestados. Primeiramente, é de se estranhar que nos anos de 2014 e 2015 não houve sequer o reconhecimento desses custos, e, posteriormente, verifica-se que de um impacto negativo de 82% sobre a receita bruta (2016) chegou-se a um impacto de 117% em 2018, ou seja, esse ano apresentou-se como demasiadamente crítico, pois a receita bruta arrecadada não foi capaz de cobrir os custos para a prestação do serviço.

Para Kudlawicz e Corbari (2010), o custo na prestação de serviços pode ser de difícil mensuração, por não possuir forma física como no comércio de



mercadorias. A mensuração dos custos é de vital importância para a formação do preço de venda e na maximização dos resultados, não podendo ser desconsiderados. Os serviços, tal como os produtos produzidos e comercializados, são disponibilizados usando materiais, mão de obra e ativos fixos da organização (maquinário), merecendo tratamento equânime em relação à apuração dos custos (KUDLAWICZ; CORBARI, 2010).

Retornando à análise, as despesas operacionais tiveram um aumento considerável em 2015, mas retornaram a um percentual considerado normal. O lucro operacional sofre pelo impacto dos custos e despesas, tornando-se negativo nos anos de 2017 e 2018. As despesas financeiras impactam somente no período de 2014 e 2015 e o resultado do exercício cai de um lucro líquido de 76% em 2014 para um prejuízo acumulado de 26% em 2018.

Nesse contexto, verifica-se uma série de eventos que respondem parcialmente aos resultados dos índices de rentabilidade e lucratividade apresentados anteriormente: falta de capital de giro, excesso de empréstimos e financiamentos, e elevação do custo do serviço prestado, culminando nos resultados em declínio desde 2015, chegando à situação de resultados negativos nos anos de 2017 e 2018. Infere-se que a situação econômica e financeira da empresa não é satisfatória, devendo-se buscar por soluções o mais rápido possível.

Sugere-se, portanto, que seja realizado um levantamento detalhado dos custos e despesas da empresa, para que não proceda em um resultado operacional negativo, e possa ser formado um preço de venda justo, que seja capaz de arcar com os gastos da empresa. É importante ressaltar que a empresa não deve buscar empréstimos para cobrir gastos operacionais, o que demonstra vulnerabilidade financeira. Indica-se também uma reestruturação de capital na organização, já que o capital social investido é baixo, buscando equiparar o capital próprio ao capital de terceiros (dívidas), pois empréstimos e financiamentos apresentam custos (juros) que impactam negativamente o resultado líquido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas prestadoras de serviços sempre ocuparam lugar de destaque na economia brasileira, com participação expressiva no Produto Interno Bruto – PIB do país. Esse segmento tem apresentado certo dinamismo, nos últimos anos, principalmente em decorrência do surgimento de novos empreendedores, pois o setor é o mais amplo que há e ainda engloba uma grande variedade de profissionais.

As empresas prestadoras de serviços, como as demais, devem estar atentas à gestão eficiente de seus recursos, pois é perceptível sua importância econômica. A Ciência Contábil, como ferramenta importante na preparação e apresentação de informações econômicas e financeiras, tem tido cada vez mais relevante no auxílio ao processo de tomada de decisão. Contudo, suas áreas de atuação são inúmeras e optou-se pelo cálculo de indicadores sobre os demonstrativos contábeis para a realização deste estudo em uma empresa de prestação de serviços de terraplanagem e aluguel de máquinas.

Buscou-se verificar como se apresentou a situação econômico-financeira de uma empresa prestadora de serviços no ramo de terraplanagem, por meio da análise dos índices de rentabilidade e lucratividade, no período de 2014 a 2018.

Dentre os achados destaca-se que os demonstrativos contábeis apresentavam algumas deficiências, como a falta do reconhecimento dos custos dos serviços prestados nos anos de 2014 e 2015, e um capital social investido que pouco representava a movimentação da empresa. Todavia, como não se teve acesso aos demonstrativos desde o nascimento da empresa em 2012, não se pode criticar tão posição patrimonial.

Os resultados da referida empresa são satisfatórios inicialmente, mas acabam se transformando em prejuízos nos dois últimos anos de análise, fazendo com os índices de rentabilidade e lucratividades apresentem trajetórias negativas, podendo ser explicados pela falta de capital de giro, excesso de empréstimos e financiamentos, e elevação do custo do serviço prestado. Nesse contexto, fica evidente a necessidade de realização de um levantamento detalhado dos custos e despesas da empresa, para que não proceda em um resultado operacional negativo, e possa ser formado um preço de venda justo e que seja capaz de arcar com os gastos da empresa. Caso a empresa não possua

profissional contábil capaz de realizar um estudo detalhado, sugere-se a contratação de uma empresa de consultoria para reunir dados que auxiliem ao proprietário rumo à melhoria financeira e econômica da instituição.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. R. **Análise das Demonstrações Consolidadas em Empresas de Patrimônio Líquido Negativo em Controladas** [trabalho de conclusão de curso]. Brasília: Universidade de Brasília, Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 658 p. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146/cfi/4!/4/4@0.00:26.4>>. Acesso em: 31 maio 2019.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ASSIS, R. A.; MARTINS, P. L.; MARTINS, C. M. F.; SANTOS NETA, M. C.; BORBA, E. L. Índices de Rentabilidade: um estudo de caso sobre o mercado de transporte de cargas em Campo Belo – MG. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 13., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: AEDB, 2016.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, 2011.

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual da Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INFOMONEY. **Análise financeira: conheça os indicadores mais usados pelos analistas**. 2015. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/568514/analisefinanceira-conheca-indicadores-mais-usados-pelos-analistas>>. Acesso em: 22 out. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KASSAI, J.C.; KASSAI, S.; SANTOS, A.; NETO, A.A. **Retorno de Investimento: Abordagem Matemática e Contábil do Lucro Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KUDLAWICZ, C.; CORBARI, E. C. Custos na prestação de serviços: uma aplicação do custo por departamento em uma organização hospitalar. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 17., Belo Horizonte-MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte-MG: ABC, 2010.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis:** contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial:** instrumentos de análise, gerência e decisão. Atualizada por Ricardo Pereira Rios. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton José. MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis:** uma abordagem crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços:** abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras.** 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais.** In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013,

REIS, A. C. R. **Demonstrações Contábeis:** estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cálculo da lucratividade do seu negócio.** 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/calculo-da-lucratividade-do-seu-negocio,21a1ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD> . Acesso em: 29 maio. 2019.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Mapeamento das demandas dos projetos estruturadores de Suape:** terraplanagem. Recife, 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/suape-Terraplanagem.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, A. B. **Projetos de investimento de capital:** elaboração, análise e tomada de decisão. São Paulo: Atlas, 2003.